

**PROJETO DE LEI Nº 4.222, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019**

**Dispõe sobre Educação Domiciliar  
(homeschooling) no Município de Timóteo.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprova:

**Art. 1º** A educação domiciliar (homeschooling) é uma modalidade de ensino que oferece aos pais a possibilidade de educar seus filhos ou pupilos em casa, sem a necessidade de matriculá-los em uma escola de ensino regular, sendo os pais tutores do processo de educação da criança e do adolescente.

**Art. 2º** As famílias praticantes dessa modalidade de ensino devem ter garantidos todos os direitos relativos aos serviços públicos de educação municipais, ou seja, os mesmos previstos àqueles que exigem matrícula escolar.

**Art. 3º** Os pais ou responsáveis têm a obrigação de proporcionar a seus filhos ou pupilos o ensino relativo aos níveis de educação nos termos da lei.

**Art. 4º** O Município deverá avaliar os alunos da Educação Domiciliar através das provas institucionais já aplicadas pelo Sistema Público de Educação, como a Prova Brasil e o Enceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

**Art. 5º** O Município, através da secretaria competente, deverá realizar cadastro permanente de todas as famílias praticantes da Educação Familiar.

**Art. 6º** O Conselho Tutelar deverá fiscalizar as famílias competentes no Ensino Domiciliar, para evitar o uso do Homeschooling como artifício para a prática de atividades ilegais.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2019

Adriano Alvarenga  
Vereador

Geraldo Gualberto  
Vereador

Luiz Perdigão  
Vereador

## JUSTIFICATIVA

Enviamos a esta Casa Legislativa o incluso projeto de lei que “Dispõe sobre Educação Domiciliar (homeschooling) no Município de Timóteo”.

O intuito desse projeto é dar aos pais ou tutores a possibilidade de assumir por inteiro a responsabilidade de educar a criança ou jovem, sem a participação de uma instituição de ensino.

As razões que levam algumas famílias a adotarem esse modelo de ensino são diversas. A motivação pode ser benefícios oferecidos pelo ensino doméstico ou insatisfações com as instituições educacionais.

Não há na Legislação brasileira qualquer lei que explicitamente estabeleça a proibição da prática. Dessa forma, famílias que desejam educar os filhos em casa muitas vezes recorrem à justiça para solicitar uma autorização, e cabe a interpretação de cada juiz conceder ou não a permissão.

Neste sentido, acreditamos que a aprovação dessa lei, levaria há uma diminuição de litígios no judiciário, o que evitaria desgastes emocionais e financeiros aos pais e também ao menor.

O ensino domiciliar é legalizado em dezenas de países, notadamente nos Estados Unidos, Inglaterra, Áustria, Bélgica, Canadá, Austrália, Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Portugal, África do Sul, Rússia, Itália, Israel e Nova Zelândia.

Também é legalizado em países considerados subdesenvolvidos, como Chile, Colômbia e Equador, que reconhecem e legitimam o que se convencionou chamar de Homeschooling.

No Brasil é crescente o interesse de pais e responsáveis por crianças e adolescentes em proporcionar, segundo suas convicções, o ensino domiciliar.

Vale destacar sobre a matéria em questão que os municípios podem fixar normas específicas, haja vista no Art. 30 da Constituição Federal, incisos I e II:

**“Art. 30.** Compete aos Municípios:

**I** - Legislar sobre assuntos de interesse local;

**II** - Suplementar a Legislação Federal e a Estadual no que couber;”

Assim, considerando o silêncio atual da União Federal no que se refere a possibilidade da regulamentação do ensino domiciliar, se afigura perfeitamente possível que o Município de Timóteo, no interesse de seus munícipes, legisle sobre o assunto, o que ora se opõe.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2019

Adriano Alvarenga  
Vereador

Geraldo Gualberto  
Vereador

Luiz Perdigão  
Vereador